

O ensino de sociologia e a escola democrática: desafios e possibilidades¹

Teaching of Sociology and the Democratic School: challenges and possibilities
La enseñanza de la Sociología y la escuela democrática: desafíos y posibilidades

Marcelo Cigales²
ORCID: 0000-0002-4320-5941

Resumo

A conferência visa discutir alguns desafios e possibilidades do ensino de Sociologia na escola democrática. O presente trabalho parte de uma perspectiva histórica sobre o ensino de Sociologia no Brasil para, em seguida, problematizar a relação entre Estado, educação e democracia na contemporaneidade. A hipótese do debate é que os princípios epistemológicos do ensino de Sociologia, quando concretizados na prática pedagógica, impulsionam a construção de uma escola democrática, porém, também encontra barreiras macroestruturais de uma elite econômica e política que não aceita um Estado de bem-estar social coletivo. O texto é originário da palestra de abertura do VII Simpósio Paranaense de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, ocorrido em 2021.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Escola; Democracia.

Abstract

The conference aims to discuss some challenges and possibilities of teaching sociology in a democratic school. It starts with a historical perspective on the teaching of sociology in Brazil, and then discusses the relationship between the State, education and contemporary democracy. The debate's hypothesis is that the epistemological principles of sociology teaching, when concretized in pedagogical practice, drive the construction of a democratic school, however, it also encounters macro-structural barriers of an economic and political elite that does not accept a collective social welfare state. The text comes from the opening lecture of the VII Paranaense Symposium on Social Sciences at the State University of West Paraná, which took place in 2021.

Keywords: Teaching of Sociology; School; Democracy.

Resumen

La conferencia tiene como objetivo discutir algunos desafíos y posibilidades de enseñar sociología en una escuela democrática. Comienza con una perspectiva histórica sobre la enseñanza de la sociología en Brasil, y luego analiza la relación entre el Estado, la educación

1. Conferência de abertura do VII Simpósio Paranaense de Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), realizado em 16 de agosto de 2021.

2. Marcelo Pinheiro Cigales, professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Coordenador de Integração das Licenciaturas da UnB. Coordena o Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez (SOL/UnB). E-mail: marcelo.cigales@unb.br.

y la democracia contemporánea. La hipótesis del debate es que los principios epistemológicos de la enseñanza de la sociología, cuando se concretan en la práctica pedagógica, impulsan la construcción de una escuela democrática, sin embargo, también encuentra barreras macroestructurales de una élite económica y política que no acepta un estado de bienestar social colectivo. El texto proviene de la conferencia inaugural del VII Simposio Paranaense de Ciencias Sociales en la Universidad Estatal de Oeste de Paraná, que tuvo lugar en 2021.

Palabras clave: Didáctica de la Sociología; Escuela; Democracia.

Introdução

Gostaria de agradecer aos organizadores do evento pelo convite de integrar esta conferência de abertura do VII Simpósio Paranaense de Ciências Sociais, que discute “O desmonte da educação: democracia em crise e anti-intelectualismo em pauta”. Eventos como este são importantes, uma vez que nos convidam a refletir sobre o papel da ciência, da educação e da democracia, instituições marcadamente atacadas por figuras que hoje ocupam o cenário político em distintos âmbitos e esferas de atuação pública, mas que diariamente tornam-se manchetes dos noticiários nacionais ao produzirem discursos políticos vazios de sentidos para a construção de projetos coletivos, que visam, sobretudo, se manterem no poder sobre qualquer custo.

A todo momento, me parece que é preciso reafirmar nossa posição, enquanto professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras, estudantes e demais integrantes da comunidade acadêmica e científica das Ciências Sociais e Humanas de que as três instituições – educação, ciência e democracia – são pilares para a constituição do Estado Democrático de Direito, que tanto querem abalar aqueles que pregam um moralismo conservador desconexo dos problemas da realidade social brasileira, e do avanço de um neoliberalismo que desumaniza, nas suas práticas e discursos, grande parcela da população, ou como diria Lélia Gonzalez, contribui para perpetuar a condição de invisíveis, sem voz, sem estatuto humano, sem cidadania grande parte da

população deste país (RIOS, LIMA, 2020).

Antes de entrar na minha fala propriamente dita, gostaria de prestar minha solidariedade às 600 mil famílias que perderam seus entes queridos nesta pandemia. Sabemos que milhares dessas vidas poderiam ter sido salvas se tivéssemos um governo que respondesse e buscasse as soluções dos problemas sociais por meio da ciência. Afinal, nenhuma das instruções mais simples dadas pela resposta científica foram acatadas de forma unânime por nossos gestores políticos, tal como o uso de máscara e o distanciamento social. E pior que isso, falsas evidências foram criadas e discursos e práticas falaciosas produzidas, o que, de fato, nos faz pensar nas ações premeditadas, ou seja, intencionalmente orquestradas com o objetivo de espalhar a pandemia entre nós. Já apontava Achille Mbembe (2016) acerca da ação de necropolítica, que estrutura formas de governar, marcada pela política do fazer morrer, ou como nos diz Berenice Bento (2018), que mais do que fazer viver e deixar morrer, no caso brasileiro, é perceber que o mesmo Estado que produz ações de bem-viver também produz ações do fazer morrer, o que podemos considerar como uma forma de governo baseada na política sistemática da morte, o necrobiopoder do Estado-nação que dita quem pode habitar esse espaço social. Não podemos naturalizar e familiarizar essa forma de governo, pois já nos lembrava Theodor Adorno que a “exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (ADORNO, 1995, p. 119).

Dada esta breve introdução, vou ao ponto da minha fala desta noite. A reflexão

que farei hoje sobre o ensino de Sociologia e a escola democrática faz parte de uma agenda de pesquisa sobre o ensino de Sociologia: a saber, qual o papel, ou os sentidos de ensinar e aprender Sociologia tiveram em tempos remotos e recentes? Também gostaria de compartilhar algumas ideias sobre as possibilidades e os desafios do ensino de Sociologia na escola contemporânea.

O ensino de Sociologia no passado e no presente

As primeiras experiências do ensino de Sociologia no Brasil não estão atreladas ao debate sobre a escola democrática, pluralista, inclusiva, mas com a preocupação de formar as elites econômicas e culturais antenadas com o desejo de uma sociedade que fosse capaz de superar determinados problemas sociais impostos como legítimos pelos diferentes intelectuais que buscavam se apropriar dos conhecimentos da Sociologia para buscar efetivar seus projetos. Ou seja, a Sociologia tanto como disciplina escolar quanto como conhecimento científico foi dotada de sentidos explicativos e normativos, com objetivo de que esse conhecimento sobre o mundo social fosse capaz de explicar e resolver os problemas sociais.

Que problemas sociais são esses? Daí depende de quais grupos intelectuais estamos nos referindo. No caso brasileiro, é preciso destacar que a Igreja Católica foi uma instituição que deteve o monopólio do discurso sobre o mundo social, ou se quisermos simplificar: o poder de explicar o mundo e ditar as regras de convívio, do que era permitido ou não, de dizer o que era considerado sagrado ou profano. Obviamente, que nem todos estavam de acordo com tamanho poder de influência da Igreja sobre a vida social. Assim, podemos pensar que quanto menor o poder dessa instituição no país, maior será a possibilidade de outros discursos sobre o funcionamento do mundo

social coexistirem e disputarem espaços de legitimidade. Tais discursos foram entrando em voga, quase sempre atrelados a uma parcela da elite letrada que tinha circulação internacional ou tinham as condições materiais para adquirir conhecimento sobre o que era produzido na Europa ou nos Estados Unidos, principalmente.

É no contexto do final do século XIX que teremos algumas figuras no meio intelectual e político que se inspiraram em ideias positivistas de Auguste Comte, e enxergaram, portanto, o cultivo da Sociologia, por meio do ensino normal, secundário e superior, como um caminho para superar as explicações religiosas sobre o funcionamento do mundo social. Entre os mais conhecidos desses intelectuais, está Ruy Barbosa, que entre 1882 e 1883, nos seus pareceres sobre a Reforma de Ensino, ainda no período Imperial, propôs o ensino dessa disciplina no Brasil. Parece que esse desejo também se refletiu na Reforma Educacional da Primeira República, que esteve à frente Benjamin Constant, em 1890, e que apesar de não se efetivar na prática, influenciou algumas reformas estaduais nesse mesmo período, mediante experiências nos estados do Amazonas, Sergipe e Paraná, e são consideradas experiências pioneiras da inclusão do ensino de Sociologia em alguns colégios voltados para a educação das elites (BODART, CIGALES, 2021; ZACHARIAS, 2013).

Efetivamente, o ensino de Sociologia se concretiza com uma maior amplitude entre 1925, com a Reforma Educacional de João Luiz e Alves Rocha Vaz, e em 1942, já no governo Vargas, com a Reforma Educacional de Gustavo Capanema. Em uma leitura dos mais de 30 manuais voltados para os diversos níveis de ensino (secundário, escola normal e ensino superior), é visível que ainda não havia uma discussão sobre democracia, escola democrática e ensino inclusivo voltados para o reconhecimento das diferenças. O que temos nesse período em

relação ao ensino de Sociologia são explicações mais ou menos coesas sobre: a definição do que era a Sociologia, seus objetos de estudos e seus principais autores, com destaque para Comte, Durkheim e Marx.

Se por um lado tivemos intelectuais avessos ao que ditava a Igreja Católica no Brasil sobre a explicação do funcionamento e do manutenção das regras que orientavam o comportamento social, por outro teremos, também, um grupo mais ou menos coeso de intelectuais católicos que tentarão assegurar o monopólio do discurso sobre o mundo social que defendia a Igreja. Talvez houvesse mais disputas do que consensos naquele momento, e questões como a criação de uma identidade nacional, o resguardo das instituições sociais que eram divinas e naturais para os católicos, como a família, a Igreja e o Estado, os sindicatos católicos, os problemas sociais nos espaços da economia e da divisão dos papéis entre homens e mulheres, a educação dos filhos, o feminismo, estavam entre os temas da sociologia que mais preocupavam esses autores.

A partir desse contexto histórico, temos que considerar que essa Sociologia é fruto do seu tempo. Uma maior profissionalização das pesquisas de nível universitário ocorreu com a criação dos cursos superiores na década de 1930 (mais especificamente, na Escola Livre de Sociologia e Política em 1933, e na Universidade de São Paulo, em 1934), e mais tarde com a implementação da pós-graduação, a partir dos anos 1940, e de forma mais ampla com a Reforma Universitária de 1968. É nesse momento que se cristaliza grande parte da agenda de pesquisa na pós-graduação brasileira, com temáticas até hoje investigadas como: trabalho, desigualdade, desenvolvimento, urbanização, entre outros. E será também nesse período que criaram as principais instituições acadêmicas de promoção e fomento à pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

(CAPES), o Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnológico (CNPq), assim como a Associação Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), que ditam as regras, como diria Bourdieu (2013), do “campo” acadêmico das Ciências Sociais no país.

Em síntese, esse primeiro momento do ensino de Sociologia é marcado por múltiplos sentidos, dado não somente as disputas entre intelectuais católicos e laicos, mas também pelo fato de que a disciplina era ministrada por professores, em sua grande maioria, sem formação na área, como aqueles formados em direito ou advindos do clero católico. Seu sentido pedagógico era voltado para formar uma elite dirigente que garantisse ou a manutenção da vida social cristã/católica como normatizava à Igreja, ou para a alteração da ordem social e cultural em busca de uma modernização do país ao espelho do que se considerava uma sociedade moderna quando se olhava para países europeus ou para os Estados Unidos. No entanto, pouco se discutia sobre os motivos ou as causas do dito atraso social e cultural. Quase não havia nas páginas desses manuais escolares teorias ou explicações que considerassem as características particulares do Brasil, que naquele momento, nas décadas de 1930 e 1940, vivenciava uma recente saída de um sistema político imperial, economicamente marcado pela escravização dos povos africanos e do extermínio das populações indígenas (MEUCCI, 2001).

Os anos 1980 e o sentido de uma sociologia voltado à escola democrática

A literatura sobre a história do ensino de Sociologia no Brasil nos mostra que apesar da disciplina não estar como obrigatória no currículo da educação secundária, entre 1942 (na Reforma Educacional do Ministro Gustavo Capanema) e

início dos anos 1980, não é possível descartar as práticas pedagógicas dos(as) professores(as) que eram formados(as) em Ciências Sociais e que lecionaram disciplinas na área de humanidades (História, Geografia, estudos sociais, educação moral e cívica, entre outros) durante esse período. Portanto, poderia haver indícios da Sociologia nas práticas escolares (OLIVEIRA, 2022). Além disso, é importante ressaltar as experiências interessantes sobre o conjunto de teleaulas de Sociologia, voltado ao curso de maduresa ginásial produzido por professores(as) da USP e transmitido na emissora de Televisão Cultura de São Paulo, entre 1969 e 1970, durante o período da Ditadura Militar, implantada em 1964 (FRAGA, 2020).

De forma obrigatória nos currículos brasileiros, a Sociologia retornará com a redemocratização do país a partir dos anos de 1980. Nesse período, vários estados propuseram, em suas reformas curriculares, a inclusão do ensino de Sociologia, em consonância com o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a qual prevê os conhecimentos de Sociologia e de Filosofia relevantes para o exercício da cidadania, mas que na prática não garantia a presença da disciplina na escola, mas apenas como temáticas transversais, como ficou definido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais no início dos anos 2000.

E será nesse contexto de redemocratização e de fortalecimento dos movimentos sociais que está localizada a mobilização sindical e acadêmica que organiza o espaço para a proposição do Projeto de Lei - PL nº 3.1978/97 (BRASIL, 1997), pautado pelo deputado Padre Roque Zimmermann (PT/Paraná). O referido PL conseguiu ser aprovado nas duas casas do Congresso Nacional, mas em ²⁰⁰¹ o presidente em exercício, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), vetou o projeto alegando que a aprovação traria ônus para os estados da Federação.

Irônico, pois foi um sociólogo que vetou a presença da disciplina na Educação Básica. Mais tarde, em 2003, outro projeto de lei propôs a pauta de inserção da Sociologia e da Filosofia na Educação Básica. Trata-se do PL nº 1.641/03 (BRASIL, 2003), sendo novamente aprovado nas duas casas do Congresso Nacional e sancionado em 2008 pelo então presidente em exercício, José Alencar, um político e empresário. A Lei entrará em vigor sob o número 11.684, tornando obrigatória as disciplinas de Sociologia e de Filosofia no Ensino Médio. Aspectos fundamentais da implementação das disciplinas, como carga horária semanal e conteúdos a serem lecionados, ficaram a cargo dos Conselhos e das Secretarias Estaduais de Educação.

É preciso destacar que três questões são relevantes para pensarmos os sentidos do ensino de Sociologia: a) o que ensinar? Quais conteúdos, temáticas, autores, b) como ensinar? Referente a quais metodologias, como fazer uma transposição didática, como mobilizar o aparato conceitual e teórico da sociologia na escola básica, c) por que ensinar e aprender Sociologia? Assim, acredito que uma análise sociológica do ensino de Sociologia passa por essas três questões, que são fundamentais para compreendermos os sentidos do ensino de Sociologia na escola que se quer construir de forma democrática.

Destaca-se que tais questões não estão desvinculadas, pois perguntar o quê? está atrelado ao como e ao porquê? Mas cabe destacar que nesse momento de obrigatoriedade, a partir do ano de 2008, vários pesquisadores(as) se mobilizaram para compreender se haveria, de fato, um currículo comum para o ensino de Sociologia e daí seria importante compreender como os diferentes estados vinham se organizando na operacionalização desses currículos. Estudos como os de Mário Bispo dos Santos (2012), evidenciou, ao analisar o conteúdos curricu-

lar dos estados, que haveria um certo “mapa comum” ao redor de temáticas como: dominação, etnocentrismo, identidade, cultura, sociedade, classes sociais, socialização e instituições sociais. Também foi possível perceber uma determinada lógica curricular dos livros de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático, no qual a Sociologia se fez presente em sua primeira versão em 2012.

A partir disso, fica evidente um outro sentido pedagógico da Sociologia daquele evidenciado nos anos de 1920 a 1940. De fato, estava em curso um impulsionamento da Sociologia na escola como meio de compreender os problemas por intermédio das respostas que a ciência poderia oferecer. Evidencia-se que o período dos anos de implementação do ensino de Sociologia também foram marcados por projetos educacionais progressistas, tal como a Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008), que garantiu o reconhecimento dos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir do estudo da história da África e dos africanos; da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil; da cultura negra e indígena brasileira; e o papel da população negra e indígena na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Avançamos na questão do que ensinar, mas agora temos que pensar na prática, como esse ensino pluralista e democrático, que reconhece a diversidade e os outros/outras sujeitos como portadores de direitos, vinha sendo efetivado no cotidiano da escola. Em termos do ensino de Sociologia, as metodologias foram ganhando espaço inédito nos eventos da área, angariando pesquisadores(as), estudantes de Ciências Sociais e professores(as) da Educação Básica. Foi significativo o volume de trabalhos acadêmicos e relatos de experiências narrando as diversas possibilidades de

trabalhar o ensino de Sociologia na escola, basta consultarmos os eventos da área como o Encontro Nacional do Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), já em sua oitava edição, ou o Grupo de Trabalho, hoje Comitê de Pesquisa sobre Ensino de Sociologia, que ocorre bianualmente no Congresso Brasileiro de Sociologia, já em sua sétima edição. Também cabe destacar as Orientações Curriculares para o Ensino Médio na área de Sociologia, que contribuem para pensar as metodologias de ensino, da qual também aprofundarei adiante.

Para fechar este contexto da história recente, temos que abordar o porquê?, qual o sentido de ensinar Sociologia nesse contexto de redemocratização do país? Parece que o significado posto no campo político fez mais sentido quando levamos em conta o contexto mais amplo de reformas estruturais, ou seja, “contribuir para uma formação voltada para o exercício da cidadania”. No entanto, neste momento de crise democrática, temos que considerar que a justificação do porquê ensinar Sociologia nos lembra de que não basta contribuir para uma formação democrática mediada por teorias, conceitos ou temáticas. A democracia também precisa ser exercício de reflexão prática das escolas democráticas. Ou como diz bell hooks em seu livro “Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática”, ao abordar o contexto educacional dos Estados Unidos da América.

Há poucos debates entre os estudantes de hoje sobre a natureza da democracia. Atualmente, a maioria dos estudantes simplesmente presume que viver em uma sociedade democrática é seu direito inato; eles não acreditam que devem trabalhar para mantê-la. Talvez nem associem democracia ao ideal de igualdade. Na mente deles, os inimigos da democracia são sempre e somente um “outro” estrangeiro, à espreita para atacar e destruir a vida democrática. Eles não leem John Dewey. Não conhecem sua pode-

-rosa declaração, segundo a qual “a democracia deve renascer a cada geração, e a educação é sua parteira” (bell hooks, 2020, p. 40).

Assim, pensar o papel do ensino de Sociologia na escola democrática é colocar os agentes escolares em movimento, orientados para uma participação coletiva e ativa na cultura escolar, visando a socialização do “conhecimento poderoso” (YOUNG, 2007) que não estaria disponível para todas as pessoas (com distintas origens sociais) fora da escola. O conhecimento humano – nos seus mais especializados campos culturais e científicos – produzido historicamente, torna-se um patrimônio epistemológico que deve estar acessível a todas as pessoas que passam pela escola. Portanto, a Sociologia na escola democrática possibilita discutir qual o papel da escola nas sociedades republicanas capitalistas: o de trabalhar para o manutenção do privilégio das classes dominantes (BOURDIEU, 2016) ou o de possibilitar a emancipação dos sujeitos sociais que são socializados nesse espaço? A resposta da questão passa pela compreensão dos mecanismos políticos dos sistemas de dominação simbólica, que fazem com que o Brasil (assim como outros países na periferia do capitalismo e com um histórico de dominação colonial, escravista e patriarcal) tenha, entre outros problemas estruturais, baixíssima participação da população feminina e não-branca em cargos de prestígio nos mais variados âmbitos da vida política, econômica e de gestão do Estado.

Os anos 2016 em diante: vivemos uma crise da escola democrática?

Uma das imagens mais marcantes sobre a crise da escola democrática contemporânea está refletida na forma como o Estado tratou as ocupações estudantis nas escolas em 2016. A forma violenta e sem diálogo que não se propôs a ouvir os(as)

estudantes de diversas partes do país, que num claro movimento por mais voz e representatividade em relação à política educacional, estava, naquele momento, sendo implementada por meio de diversos cortes e reformas na área educacional, tais como: a Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 55 do Teto dos Gastos, que congela os investimentos em Educação por 20 anos, e também contra a proposta de uma Reforma do Ensino Médio, que acabou sendo instituída sob Medida Provisória (MP).

Foi dura e violenta a repressão contra os(as) estudantes secundaristas e universitários(as). Me parece que essa imagem é representativa do que vivemos de 2016 para cá, um apagão visivelmente proposital contra um projeto de educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Como pensar a escola democrática sem a prática democrática? É possível ensinar a democracia sem exercê-la no cotidiano escolar? Que função cumpriria o ensino de Sociologia nessa escola e nesse modelo de política educacional que se nega a ouvir a voz dos(as) estudantes e dos(as) professores(as) da Educação Básica?

Assim como Dewey, temos que lembrar que “uma democracia é mais que uma forma de governo; é, principalmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada” (1959, p. 93), ou seja, a democracia, enquanto forma de vida associada, pressupõe interesses comuns, interação e reciprocidade cooperativa, amparada no diálogo e na participação ativa dos sujeitos envolvidos, tanto individualmente quanto coletivamente. Como já destaquei, a Sociologia escolar no Brasil, nas últimas décadas, ganhou um impulso inédito ao mobilizar uma comunidade acadêmica e escolar interessada na sua história, no seu currículo, nas suas metodologias de ensino e, também, na sua contribuição para pensar uma educação democrática.

escolar interessada na sua história, no seu currículo, nas suas metodologias de ensino e, também, na sua contribuição para pensar uma educação democrática.

Como podemos observar, a redemocratização do país a partir dos anos 1980, a implementação da Constituição de 1988 e a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, explicitaram a necessidade da educação democrática a partir do reconhecimento da diferença. É justamente aqui o ponto crucial da leitura que faço sobre os avanços e os desafios de ensinar Sociologia na escola brasileira hoje. Pois, por um lado, a Sociologia escolar foi percebida após a redemocratização a partir de um sentido pedagógico voltado para o desenvolvimento de aspectos da cidadania dos estudantes do Ensino Médio. Essa perspectiva é ampliada e aprofundada a partir do debate acadêmico e escolar que propõe as Orientações Curriculares para o Ensino Médio na área de Sociologia, em 2006, pois avançam ao compreender que o ensino de Sociologia é conhecimento científico sobre o mundo social que pode possibilitar aos estudantes dessa fase escolar o desenvolvimento da capacidade de ver o mundo social como um processo histórico, crítico e relacional, a partir de uma visão desnaturalizada dos fenômenos da vida social.

O documento ainda traz princípios metodológicos, que orientam o trabalho da disciplina em sala de aula, apresentando uma proposição de ensino que passaria pela apresentação dos conceitos, no sentido de desenvolver uma linguagem específica das Ciências Sociais, a introduzir as teorias, que reconstruem a realidade tentando dar conta dos fatores que a produziram e dos seus efeitos, até chegar nas temáticas que articulam conceitos e teorias com a realidade social a partir de casos concretos vivenciado pelos estudantes do Ensino Médio.

Esse exercício entre despertar a capacidade de estranhar e desnaturalizar o

mundo social mediante linguagem conceitual, teórica e temática poderia ser possibilitado pelo exercício da pesquisa como princípio educativo, pois é na proposição prática da pesquisa em sala de aula que se viabiliza a mobilização dos(as) estudantes do Ensino Médio com a capacidade de pensar sociologicamente. A pesquisa na escola seria, portanto, um elemento capaz de congrega os três recortes, potencializando o “estranhamento e a desnaturalização” (BRASIL, 2006) dos alunos, na medida em que eles podem manusear métodos de pesquisa das Ciências Sociais, orientados pelos professores, a fim de comprovar ou contestar teorias e conceitos.

Não se trata de formar cientistas sociais na escola, mas, como dirá Bernard Lahire (2013), iniciar os jovens ao exercício do pensamento sociológico por meio das variadas metodologias de pesquisa que fazem parte do arcabouço teórico da nossa área. O exercício da entrevista sociológica, por exemplo, pode despertar a capacidade de ouvir atentamente o outro, buscar explicações sobre o funcionamento do mundo social mediante escuta e escrita. Aprender a objetivação estatística e a correlação entre dados estatísticos pode ser um exercício para despertar o senso crítico e a formulação de ideias e pensamentos sociológicos, “tudo isso poderia utilmente contribuir para formar cidadãos um pouco mais sujeitos de suas ações em um ciclo social desnaturalizado um pouco menos opaco, um pouco menos estranho e um pouco menos indomável” (LAHIRE, 2013, p. 30).

Percebe-se, aqui, portanto, que as capacidades de reconhecer outros modos de vida, estranhar a sua própria realidade – não para julgar ou fazer juízos de valores, mas para perceber que a constituição de nossas trajetórias sociais – não são desconectadas dos processos históricos, políticos e sociais mais amplos, e que nossas vidas são estruturadas por ideias, projetos e disputas que

muitas vezes não conseguimos compreender ou objetivar. Se a Sociologia escolar tem a possibilidade de nos proporcionar a compreensão das nossas trajetórias nesse fluxo contínuo que, como afirmava Octavio Ianni em 1985, “é trabalho, consciência e movimento”, então ela também cumpriria uma função crítica contra os discursos que querem nos responsabilizar por ideias que nos impõe pensar os problemas sociais a partir apenas de nossa experiência imediata. Pensar sociologicamente nos possibilita destruir mitos, ideias naturalizadas, projetos genocidas e bárbaros. Para tudo isso, a Sociologia como disciplina escolar pode contribuir numa escola verdadeiramente democrática, aquela que não apenas ensina o que é democracia, mas estrutura-se por meio dessas práticas construídas de forma crítica e coletiva. E é aqui que reside o principal desafio – tanto para a escola democrática quanto para o ensino de Sociologia, pois, numa sociedade tão desigual como a brasileira, a consciência que se quer manter e preservar é aquela que disputa o espaço com a consciência que a Sociologia pode oferecer, já que ao invés de desnaturalizar e estranhar, o projeto que se apresenta hoje busca naturalizar e tornar familiar um país que não reconhece o outro como portador de direitos civis, sociais e políticos.

O lema Família, Pátria e Deus é significativo desse projeto. Assim, temos que perguntar: Qual Família? Qual Pátria? Qual Deus? Qual Estado-nação será construído ao não se discutir as diferenças sociais, culturais e econômicas que estão na base de qualquer tentativa de justiça social? Um projeto de Estado que quer incutir um ideal de família (nuclear, heteronormativa, branca, de classe média, que vive em condomínios urbanos) representaria o restante das configurações familiares que encontramos no universo social? A política que se pretende fazer, a partir desse ideal, não excluiria outros formatos de família e de quando o Estado

precisa pensar quando formula políticas públicas?

O esvaziamento do discurso científico sobre o mundo social, em paralelo ao projeto de sociedade que reflete esse slogan Família, Deus e Pátria, também reflete a reorganização estrutural do capitalismo na sua versão mais atual. A financeirização e a internacionalização do capital, refletida num Estado cada vez menos autônomo, precisa conformar as subjetividades da maioria da população excluída desse sistema. Isso explicaria o porquê da entrada de termos como “projeto de vida”, “empreendedorismo” e “educação financeira” na Reforma do Ensino Médio, pois é mais fácil responsabilizar os indivíduos sobre seu sucesso ou fracasso do que desvelar que aquilo que chamam de “empreendedorismo” é no caso brasileiro “trabalho precarizado”; aquilo que chamam de “educação financeira”, de fato, é “gestão da pobreza”; e “projeto de vida”, uma vida sem o Estado de bem-estar social.

Mas nem tudo que esse projeto de educação impõe será de fato concretizado, pois, em alguns aspectos, as mudanças sociais já estão em curso, e o principal reflexo dessa transformação é que hoje parte da “maioria silenciada” que Lélia Gonzalez se refere, tem voz, a voz que está na universidade, adentrando aos espaços simbólicos de prestígio. Vemos cada vez mais jovens negros, negras e indígenas nas universidades, nos cursos de Direito, Medicina, Engenharias, Ciências Sociais, História, entre outros, muitos formados e atuando em suas áreas, muitos escrevendo livros e debatendo ideias, por mais que saibamos que não é fácil ser uma geração pioneira nesse contexto histórico de desigualdades, uma vez que se tem que lutar diariamente para sobreviver e ser reconhecido(a) nesses locais. Nesse sentido, acredito que há nessa geração um processo civilizatório que impulsiona a consciência do grupo social, ao qual advém a potência para uma transformação social, pois

não falam para eles e elas, mas falam com eles e elas, como diria Paulo Freire (1987).

Mas, no caso brasileiro, a história recente mostra que não é fácil tornar consciente as formas de dominação que visam neutralizar uma consciência marcada pelo sistema capitalista, patriarcal e colonial, que a todo o momento vê as transformações sociais das últimas décadas como um risco que deve ser paralisado e exterminado. Para determinados grupos sociais não deve ser fácil ter consciência do lugar de privilégio que ocupam, por isso a luta conservadora para manter as estruturas sociais como eram antes, sem acesso aos aeroportos para as classes populares, sem universidade para todos, sem ações afirmativas e, principalmente, sem uma escola pública, gratuita, democrática e de qualidade.

Assim, não é de estranhar o discurso dos ministros da Educação do governo Bolsonaro, que por um lado acusam as universidades públicas de serem espaços de “balbúrdia”, ou de “extensas plantações de drogas ilícitas”, e por outro, afirmam que a universidade deveria ser “destinada a uma minoria³”. Neste período da nossa história, fica cada vez mais nítido o crescimento de grupos extremistas, ou até mesmo agentes do Estado, que não se intimidam de expor suas ideias racistas e de extermínio de grupos sociais historicamente excluídos e invisibilizados.

Podemos pensar que quanto mais se buscou democratizar os espaços sociais historicamente reconhecidos como de elite (a universidade pública, os espaços institucionais da política, as carreiras profissionais de prestígio), mais fácil foi tornar consciente as

estruturas racista, sexista e meritocrática que organizavam a vida social, pois elas refletem as estruturas de dominação que ergueram este país durante séculos por meio dos sistemas simbólicos do colonialismo, do patriarcalismo e também do capitalismo.

Reconhecer essas estruturas sociais construídas historicamente e tornar visível seus reflexos no cotidiano da população brasileira faz com que grupos sociais historicamente privilegiados sintam que seus sistemas de crenças, de valores e de modos de vida estão cada vez mais fora de uma normalidade. Por isso, a Sociologia e a escola democrática, que exercem um papel crítico desnaturalizador da vida social, são colocadas em xeque nos momentos de crises democráticas, e por essa razão que a ciência social não é mobilizada para pensar políticas públicas, já que se aplicadas elas produzem discursos que desnudam os sistemas políticos e ideológicos de dominação. Por isso a crítica às Ciências Sociais, como diria François Dubet (2015), são políticas ou ideológicas e, raramente, visam debater seus fundamentos teórico-metodológicos.

Neste sentido, podemos nos perguntar: que função a Sociologia teria nesse novo redirecionamento da política educacional no país, com a implementação da Reforma do Ensino Médio e do ataque sistemático a um projeto de sociedade mais justa e igualitária? Qual seria o papel do ensino de Sociologia num país que constantemente ataca a memória da maioria invisibilizada e reafirma uma consciência que não quer reconhecer a diferença, mas apagá-la? Eu não tenho resposta definitiva para essas perguntas, mas apenas algumas reflexões.

3. Ricardo Vélez Rodríguez (gestão entre 01 de janeiro e 08 de abril de 2019); Abraham Weintraub (gestão de 09 de abril de 2019 a 09 de junho de 2020); Milton Ribeiro (gestão de 16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022 - afastado por ser investigado em crime de corrupção); e Victor Godoy Veiga (gestão 29 de março de 2022). Ricardo Vélez e Milton Ribeiro fizeram declarações públicas de que a universidade não deveria ser para todos, já Abraham Weintraub afirmou que a Universidade de Brasília (UnB) possuía vastas plantações de maconha e era lugar de balbúrdia.

A primeira que faço é que a Sociologia como disciplina escolar e como campo de pesquisa avançou significativamente na década em que estive de forma obrigatória no currículo educacional brasileiro (2008-2017). Sabemos que nesse período o volume de produção científica, alavancado pelas políticas educacionais, fez não só crescer o número de pesquisas e pesquisadores, mas também qualificou o debate pedagógico da área. As pesquisas na área do ensino de Sociologia avançaram nos aspectos metodológicos e epistemológicos do ensino, em conjunto com várias políticas de valorização da educação como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Porém, os desafios também se acumulam, pois ainda temos poucos(as) professores(as) formados na área lecionando a disciplina, uma carga-horária baixa, assim como a ausência de concursos e melhores planos de carreira no magistério básico, a incluir, agora, a volta da interdisciplinaridade com a Reforma do Ensino Médio e do atual PNLD em que a disciplina de Sociologia está diluída na área de conhecimento das Ciências Humanas.

Outro desafio é o fato de que há vários discursos competindo pela verdade de como a sociedade funciona ou deveria funcionar. Há cada vez mais informações, ou como diria C. W. Mills,

[...] nesta idade do fato, a informação muitas vezes domina a atenção e esmaga nossa capacidade de assimilá-la. Não é somente das habilidades da razão que precisaríamos para compreender a sociedade em que vivemos, mas uma qualidade mental que nos ajude a usar informações para desenvolver a razão de modo a alcançar sínteses

inteligíveis do que está acontecendo no mundo e do que pode estar acontecendo dentro nós mesmos (MILLS, 2009, p. 83).

Nesse sentido, a “Imaginação sociológica” é um conhecimento histórico, crítico e relacional que quando posto no horizonte de uma escola e de uma sociedade democrática potencializa pensar a resolução dos problemas sociais coletivos de forma racional, crítica e contínua rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. Penso que essas são questões urgentes e que necessitam de reflexão coletiva sobre o papel que nós pesquisadores(as), professores(as) e estudantes das Ciências Sociais enfrentamos na atualidade. Já sabemos que os desafios são muitos, mas também contamos com um espaço mais bem estruturado e organizado capaz de responder de forma mais adequada a esses problemas.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Projeto de Lei - PL nº 3.178/97. Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional". Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19225>>. Acesso em jul. de 2022.

BRASIL. Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Inclui as disciplinas "Filosofia" e "Sociologia" como disciplinas obrigatórias do ensino médio. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=127294>>. Acesso em jul. de 2022.

BRASIL, Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio ; volume 3), 2006.

BRASIL. Lei. 11.684 de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, Distrito Federal, 2008.

BRASIL. Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Altera as Leis n ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007 [...]. Brasília, Distrito Federal, 2017.

BODART, Cristiano; CIGALES, Marcelo. O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. Hist. cienc. saúde-Manguinhos 28 (1), Jan-Mar, 2021.

BOURDIEU, Pierre. Cuestiones de Sociología. Traducción Enrique Martín Criado. Ediciones Istmo: Madrid, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 11º. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2016.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? Cadernos Pagu, v. 53, 2018.



DEWEY, John. Democracia e educação: introdução à filosofia da educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DUBET, François. La sociología en entredicho y puntos débiles de la disciplina. In: DUBET,

François. *¿Para qué sirve realmente un sociólogo?* 1. ed. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2015. p. 21-31.

FRAGA, Alexandre. Uma análise crítica sobre a reconstrução da trajetória histórica da Sociologia na educação básica: investigando o chamado período de exclusão. *Ciências Sociais Unisinos* n. 56 (1), p. 38-47, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). *Por um feminismo Afro Latino Americano*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2020, p. 75-93.

Hooks, Bell. *Ensinamento pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.

IANNI, Octavio. O ensino de Ciências Sociais no 1º e 2º graus. *Cadernos CEDES* (85), 2011 [1985].

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de Sociologia. *Revista Ciências Sociais UFC*, v. 45, n. 1, p. 45-61, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte & Ensaio*, n. 32, p. 123-151, 2016.

MEUCCI, Simone. Os primeiros manuais didáticos de Sociologia no Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*. v. 10, n. 1, p. 121-158, 2002.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Seleção e introdução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.) Lélia Gonzalez. *Por um feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SANTOS, Mário Bispo. Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Sociologia: em busca de um mapa comum. *Percursos*, Florianópolis, v. 13. n. 1. p. 40-59, 2012.

OLIVEIRA, Amurabi. *La sociología en la educación secundaria en Brasil (1890-1971)*. *Revista Didacticae*. Universidade de Barcelona. n. 11, p. 116-130, 2022.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007

ZACHARIAS, Mariana Rocha. *Espaços e processos educativos do Ginásio Paranaense: os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949)* Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.